

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

REQUERIMENTO n.º \_\_\_\_\_, de 2022

(Das Sras. Deputadas Luiza Erundina, Talíria Petrone,  
Áurea Carolina e do SR. Deputado Glauber Braga)

Requer a realização de audiência pública para discutir a mineração de urânio e fosfato no Brasil, seus impactos para o meio ambiente, a saúde pública e o desenvolvimento regional.

Senhor presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada Audiência Pública para debater, nesta Comissão de Legislação Participativa, realização de audiência pública para discutir a mineração de urânio e fosfato no Brasil, seus impactos para o meio ambiente, a saúde pública e o desenvolvimento regional.

Convidados da autora:

1. Representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
2. Representante do Ministério Público Federal (MPF);
3. Representante do Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN);
4. Representante do Indústria Nucleares do Brasil (INB);
5. Representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos;
6. Representante do Núcleo Tramas (UFC);
7. Representante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM);
8. Representante do Escritório de Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar;



## JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal lançou em 2019 o Plano Nacional de Energia 2050 (PNE)<sup>1</sup> que, com investimento de R\$ 30 bilhões, prevê a construção de seis usinas nucleares em território nacional até 2050. O objetivo principal está na mineração de urânio como prioridade para o país.

A partir da nova política, a mina [de Caetité na Bahia, parada](#) há cinco anos, foi reativada em 2020 resgatando consigo os impactos já vividos nos municípios atingidos de Caetité e Lagoa Real. Problemas graves ligados à mineração do material radioativo foram denunciados por autoridades<sup>2</sup> como casos de câncer na população local provocados pelo contato com a radiação e danos ainda pouco conhecidos ao meio ambiente.

Da mesma forma, em Minas Gerais a população de Caldas convive com o passivo ambiental da mineração nuclear há anos sem solução até o momento. A barragem de rejeitos pertence às Indústrias Nucleares do Brasil (INB), empresa pública, ligada ao Ministério de Minas e Energia e que recebe verbas do Governo Federal. A área ocupa um espaço equivalente a cem Maracanãs, contendo lixo radioativo com urânio, tório e rádio<sup>3</sup>. São 12 mil toneladas de torta 2, formada por urânio e tório concentrados que são radioativos, além de outros elementos, como alumínio, manganês e zinco. Se ocorrer o rompimento da barragem, a contaminação atingiria os principais rios até a cidade de Caldas.

O PNE também apresentou o projeto de exploração de urânio em Santa Quitéria, no Ceará, como jazida estratégica para a política do Ministério. Desde 2004, vários territórios resistem à exploração mineral desta jazida, através do que foi chamado de "Projeto Santa Quitéria", o maior empreendimento de exploração de urânio do Brasil.

O IBAMA negou em 2019 o pedido de licença ambiental para a mineração em Santa Quitéria por concluir que o projeto não apresentava viabilidade socioambiental. Porém, no final de setembro de 2020, houve nova tentativa de exploração de urânio e fosfato neste local e em novembro de 2021 foi protocolado o EIA/RIMA do empreendimento junto ao IBAMA.

O Consórcio Santa Quitéria é formado pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e pela empresa privada FOSNOR – Galvane S/A e busca exportar

1 Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Plano-Nacional-de-Energia-2050>

2 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50077223>

3 Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2019/02/26/primeira-barragem-de-exploracao-de-uranio-do-brasil-entenda-risco-de-rompimento-com-residuo-radioativo.ghtml>



2.300 toneladas de concentrado por ano<sup>4</sup>, três vezes mais que a demanda nacional, já incluindo as necessidades adicionais para a operação de Angra 3. O projeto encontra-se em fase de nova análise, mas permanece a inviabilidade socioambiental e os riscos do empreendimento para a saúde das populações locais, para as águas e para a vida na região.

A instalação deste projeto resultará em impactos graves às populações locais, incluindo camponeses, indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. A saúde coletiva, o território e o modo de vida das populações serão afetadas pela exposição e carreamento de gases e poeiras pelos ventos, uma vez que a radiação gera a alteração das células vivas. Dentre os impactos descritos está a ocorrência de abortos, más formações congênitas, depressão do sistema imunológico, leucemia e vários outros tipos de câncer, além de retardo físico e mental em crianças, que são 40 vezes mais sensíveis aos danos da radiação<sup>5</sup>.

Pelo exposto, considerando a gravidade das informações apresentadas e a fim de discutir as questões fundamentais que envolvem impactos às regiões atingidas pela exploração mineral de urânio no Brasil, bem como para averiguar violações de direitos humanos praticadas durante o processo da mineração, seus potenciais impactos decorrentes de riscos à saúde humana, ao meio ambiente e à economia; solicitamos a aprovação deste requerimento pelos nobres parlamentares.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_  
Luiza Erundina  
PSOL/SP

\_\_\_\_\_  
Talíria Petrone  
PSOL/RJ

\_\_\_\_\_  
Áurea Carolina  
PSOL/MG

\_\_\_\_\_  
Glauber Braga  
PSOL/RJ

4 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/04/projeto-da-maior-mina-de-uranio-do-brasil-ganha-aval-para-avancar.shtml>

5 Disponível em: <http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2013/11/Representa%C3%A7%C3%A3o-aos-MPF-Projeto-Santa-Quita%C3%A9ria-convertido.pdf>





## **Requerimento** **(Da Sra. Talíria Petrone)**

Requer a realização de audiência pública para discutir a mineração de urânio e fosfato no Brasil, seus impactos para o meio ambiente, a saúde pública e o desenvolvimento regional.

Assinaram eletronicamente o documento CD225068621900, nesta ordem:

- 1 Dep. Talíria Petrone (PSOL/RJ)
- 2 Dep. Áurea Carolina (PSOL/MG)
- 3 Dep. Glauber Braga (PSOL/RJ)
- 4 Dep. Luiza Erundina (PSOL/SP)

